

















## A – Habitação e Revitalização Urbana


				
<p>Reabilitação Urbana</p>	<p>+ Negociação com o Governo de um <b>Programa Especial de Reabilitação Urbana</b></p> <p>+ Execução do <b>Programa de Investimento Prioritário de Apoio à Reabilitação Urbana</b> (PIPARU), como primeira medida aprovada do próximo mandato</p> <p>+ <b>Simplificação administrativa</b> das autorizações para a realização de obras de reabilitação, de forma a reduzir os tempos de apreciação</p> <p>+ A <b>EPUL</b> e a <b>SRU</b> Lisboa Ocidental serão actores no lançamento de processos integrados de reabilitação do espaço público e do edificado municipal e dinamizadores das intervenções dos privados</p> <p>+ Lançamento de uma operação de renovação urbana na <b>Zona Oriental da cidade</b></p> <p>+ A EPUL concluirá os programas de construção que tem em curso, lançando, já nos novos moldes, os projectos urbanos da <b>Quinta José Pinto, Vale de Santo António, Carnide Norte – Bairro Padre Cruz e Torrinhã Norte</b> e será a gestora do projecto urbano Estação do Oriente</p> <p>+ Apoio à realização de <b>obras de manutenção</b> pelos inquilinos</p> <p>+ <b>Abate dos fogos municipais</b> insusceptíveis de requalificação</p> <p>+ <b>Monitorização dos bairros de realojamento</b>, com incentivo à manutenção do edificado, do espaço público e do equipamento de proximidade e com alargamento das funções urbanas complementares (comércio e transportes)</p>	<p>+ Criação de mecanismo de financiamento para as obras, através da constituição de um <b>Fundo Municipal com taxas mais favoráveis</b> do que as bancárias, de modo a promover a intervenção dos particulares parcerias público -privadas, ou fundos de investimento imobiliários, com capacidade de intervenção no mercado imobiliário e com capacidade de financiar as operações de reabilitação urbana</p> <p>+ Reforço de competências das estruturas descentralizadas, isto é, dos <b>Gabinetes da Autarquia sediados nas zonas mais carenciadas de intervenção</b> [no âmbito da reabilitação]</p> <p>+ [recuperação de edifícios] Concedendo maior <b>celeridade nesses licenciamentos</b></p> <p>+ <b>Majorando as deduções</b> em sede de impostos municipais (isentando de pagamento de <b>IMI</b> por prazos dilatados, consoante o investimento realizado)</p> <p>+ Intervenção do Município através da realização de <b>pequenas empreitadas</b> lançadas por ajuste directo, como forma célere de resolução de problemas de pequeno porte nas áreas de intervenção. Mais do que grandes obras, lançaremos pequenas empreitadas, para a conservação do edificado</p> <p>+ Reabilitação profunda e conservação dos bairros que dela carecem (<b>Vale de Alcântara</b>)</p> <p>+ Forte intervenção de reabilitação nos bairros mais problemáticos (exemplo <b>Ameixoeira, Galinheiras, Issan Sartawi, PER 10 e 12</b>)</p> <p>+ Conclusão dos trabalhos de conservação e <b>restauro de Igrejas</b></p>	<p>+ Intervir junto do Governo para a transformação apenas num <b>programa de reabilitação</b> dos vários existentes, Recria, Solar, Rehabita, etc. e simplificar as suas candidaturas ao mínimo indispensável, com apoio dos serviços municipais aos municípios</p> <p>+ Afectar mais recursos financeiros à Conservação e a Reabilitação Urbana dos <b>Bairros Históricos</b> / Procurar canalizar mais fundos europeus</p> <p>+ Elaborar, para cada bairro, estratégias de <b>intervenção específicas</b></p> <p>+ Gerir os <b>impostos municipais</b> recebidos via administração central (IMI, IMT, Derramas) de forma a potenciar as receitas sem pôr em causa a implementação uma verdadeira justiça fiscal, que penalize os prédios devolutos e a especulação imobiliária e alivie as cargas dos municípios com menores posses e beneficie o repovoamento da cidade</p> <p>+ Dinamizar a reabilitação Urbana dos prédios particulares, aplicando os <b>incentivos</b> designadamente ao nível dos impostos</p> <p>+ Promover a <b>extinção das SRUs</b> ainda existentes</p> <p>+ Estabelecer protocolos com as Juntas de Freguesia para que estas executem [...] as pequenas <b>obras de reparação nos edifícios</b> [...] que não envolvem alterações</p>	<p>+ A prioridade dos grandes investimentos públicos na cidade deve ser enquadrada por um <b>programa de reconstrução urbana, com a participação da Administração Central</b>, que deve ter as seguintes condições e características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Co-financiamento</b> da reabilitação obrigatória das casas desocupadas e degradadas;</li> <li>• <b>Tomada de posse pela Autarquia</b> das casas não reabilitadas, que serão reconstruídas pela Câmara com apoio do Estado, sendo depois alugadas durante cinco a dez anos, consoante o seu valor, para recuperar o investimento, sendo depois devolvidas aos proprietários com a obrigatoriedade de serem mantidas no mercado;</li> <li>• Constituição de uma <b>Bolsa de Arrendamento municipal</b>, incluindo todas as casas desocupadas que tiveram intervenção pública, as casas não vendidas há mais de um ano e as que forem propostas para o efeito;</li> <li>• Agravamento da tributação em <b>IMI</b> da situação de desocupação das casas.</li> </ul> <p>+ Criação de <b>Gabinetes Locais de Reabilitação Urbana</b>, que integrem os antigos Gabinetes dos Bairros Históricos, assegurando a cobertura de todo o território municipal</p> <p>+ Criação de <b>serviços locais de aconselhamento</b> e mediação no acesso a recursos legais, financeiros, técnicos ou operacionais necessários à execução, monitorização e acompanhamento de acções de reabilitação</p> <p>+ Devem ser definidas normas e <b>metodologias</b> para a manutenção e reabilitação das áreas urbanisticamente estabilizadas da cidade. Devem ser estabelecidos novos conceitos e programas para a protecção e</p>





				
				<p>reabilitação da cidade na totalidade dos seus bairros, incluindo monumentos, quarteirões e edificações</p> <p>+ Iniciar, nos bairros históricos e com destaque para <b>Alfama</b> e <b>Mouraria</b>, uma operação de obras urgentes nos fogos municipais devolutos, de modo a servirem de bolsas de realojamentos de proximidade, no quadro de uma revisão geral dos programas de reabilitação destes bairros</p>
<p><b>Habitação</b></p>	<p>+ Contratualização pelo Município de um novo programa de alojamento a custos controlados e garantia de uma percentagem de <b>habitação a custos acessíveis</b> nos novos empreendimentos</p> <p>+ Constituição [...] de uma <b>bolsa de fogos para arrendamento</b></p> <p>+ Dinamização do mercado de arrendamento, implementando o <b>seguro de renda</b>, garantindo apoios à manutenção de imóveis, criando bolsas público-privadas de arrendamento, proporcionando incentivos à ocupação de fogos vagos e penalizando os fogos devolutos</p> <p>+ Fixação de <b>quotas de habitação a custos acessíveis</b> a jovens e à classe média nas Áreas de Reabilitação Urbana, adoptando-se nestas situações a redução das taxas e compensações urbanísticas</p> <p>+ Gestão de proximidade inclusiva e intercultural, envolvendo a <b>GEBALIS</b> e a rede social, incentivando a criação de condomínios por lote e a responsabilização dos residentes</p> <p>+ Incentivo à instalação de <b>elevadores</b> nos prédios, pelos proprietários ou condóminos, para uma maior mobilidade dos idosos</p>	<p>+ <b>Obrigatoriedade de concederem uma percentagem de fracções</b>, a título de compensações urbanísticas, destinando-as ao arrendamento ou aquisição preferencial por jovens</p> <p>+ Extinguir a <b>GEBALIS</b> devendo a Direcção Municipal de Habitação assumir as responsabilidades desta empresa municipal</p> <p>+ A criação de um <b>seguro de renda</b> para os proprietários que façam obras e que se vejam privados de rendas por falta de cumprimento por parte dos inquilinos, como estímulo ao arrendamento</p> <p>+ A CML deve estabelecer como prioridade primeira, a <b>alienação dos fogos</b> de que é detentora</p>	<p>+ Devem ser desenvolvidas políticas para atracção de novos habitantes para a cidade, nomeadamente ao nível da oferta de habitação a preços controlados / Regulamentar para a construção nova a cedência de um determinado número de fogos para <b>arrendamento a custos controlados</b></p> <p>+ Estimular o desenvolvimento de <b>programas para compra ou arrendamento de Habitação para jovens</b>, através da EPUL Jovem, de cooperativas de habitação para jovens, de residências universitárias com a colaboração da CML e da disponibilização de fogos devolutos em bairros históricos ou outros</p> <p>+ Gestão do património nos bairros municipais pela <b>GEBALIS</b> e responsabilização dos moradores</p> <p>+ <b>Mudanças de tipologias</b> sempre que se verifique aumento ou diminuição do agregado familiar, procurando trazer para os pisos mais baixos habitantes mais idosos</p>	<p>+ Criação da obrigatoriedade de construção de uma quota de 25% de <b>habitação a custos controlados</b> em cada novo loteamento</p> <p>+ Criação de um <b>fundo municipal de urbanização</b>, a gerir pela EPUL, destinado a intervir no mercado imobiliário através da aquisição de terrenos para urbanizar e de edifícios para reabilitar, o qual será dotado anualmente com, pelo menos, 2% a 3% do orçamento municipal, e aberto a outras parcerias, particularmente a banca</p> <p>+ A Câmara tem de intervir no mercado habitacional de forma a fomentar o arrendamento. Propomos que a Câmara venha a disponibilizar o seu vasto património edificado para esse fim e que reoriente a <b>EPUL</b> para este mercado</p> <p>+ Que se pare com a venda do <b>parque habitacional</b> de arrendamento público</p> <p>+ Reformular os critérios de <b>localização da habitação social</b>, apostando na sua distribuição pela cidade</p>
<p><b>Devolutos</b></p>		<p>+ Criação de <b>incentivos</b> para a recuperação de imóveis, habitações abandonadas e/ou devolutas na cidade, de modo a serem compradas (e</p>	<p>+ Promover iniciativas legislativas [...] sobre a <b>redução dos preços</b> da habitação e a alienação de fogos devolutos, programas para quem queira</p>	<p>+ É indispensável que os <b>impostos</b> passem a taxar duramente e de forma anualmente progressiva as propriedades que se encontram devolutas</p>





				
		restauradas posteriormente) por jovens a preço reduzido ou serem recuperadas e arrendadas a preços comportáveis	reabilitar e devolver ao mercado	
Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Conclusão de Planos de Pormenor para as <b>Áreas Críticas de Reconversão e Recuperação Urbanística</b> que ainda não os tenham e desenvolvimento das acções urbanísticas correspondentes</li> <li>+ Regularização dos processos de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (<b>AUGI</b>), com desenvolvimento dos respectivos loteamentos municipais ou planos de pormenor</li> <li>+ Criação do <b>Fundo Municipal de Urbanização</b>, previsto na lei de solos para garantir a constituição permanente de reservas públicas de solos</li> <li>+ Registo integral de todos os solos municipais e disponibilização on-line do <b>cadastro municipal</b></li> <li>+ Monitorização do mercado de solos, através de uma <b>base de dados georeferenciada</b> que permita conhecer a evolução real do preço/m<sup>2</sup> e construir cartas de isopreços</li> </ul>	+ Conclusão da Revisão do <b>Plano Director Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Promover a revisão do <b>Plano Director Municipal</b>, como prioridade fundamental, da máxima urgência</li> <li>+ Interromper as <b>suspensões</b> forçadas do PDM impostas pelo Governo</li> <li>+ Promover a revisão [...] de alguns planos de pormenor, <b>elaborados ilegalmente como loteamentos</b></li> <li>+ <b>Conter as novas áreas urbanizadas</b> às actualmente comprometidas por planos de urbanização ou de pormenor em vigor</li> <li>+ Legalização das áreas urbanas de génese ilegal (<b>AUGI</b>) existentes no Município</li> <li>+ Criação de zonas para a instalação de <b>empresas</b></li> <li>+ Combater a proliferação de novos <b>condomínios fechados</b></li> <li>+ Rever a actual <b>Carta Educativa</b>, adequando a rede escolar às necessidades populacionais</li> <li>+ Integrar a <b>Carta de Ruído</b> de Lisboa na revisão do PDM</li> <li>+ Actualizar e desenvolver o Plano de Ordenamento e Revitalização de <b>Monsanto</b></li> <li>+ Constituir um sistema de monitorização, de <b>acesso público</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ A apresentação de um ante-projecto de revisão do PDM, que seja posto à <b>discussão pública</b>, em termos que a viabilizem e com a abertura suficiente para garantir a participação dos cidadãos e a incorporação do resultado dessa mesma discussão pública</li> <li>+ A revisão do PDM não pode, pois, deixar de ter em devida conta a concretização de estrutura ecológica da cidade, o <b>“Plano Verde”</b> de Lisboa, cuja concepção original tanto deve ao Arqt.º Ribeiro Telles</li> <li>+ <b>[Frente Ribeirinha]</b> só serão admitidos loteamentos municipais</li> <li>+ A proibição – como princípio – de construção de novos <b>condomínios fechados</b></li> </ul>
Baixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Desenvolvimento de iniciativas dinamizadoras do <b>comércio tradicional</b> da Baixa, em articulação com as organizações de comerciantes e com os serviços de turismo</li> <li>+ Prosseguir com a candidatura da Baixa-Chiado a <b>património da humanidade</b></li> <li>+ Análise das possibilidades de recurso a meios de <b>videovigilância</b> na zona</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criação de um <b>projecto âncora</b> num dos edifícios devolutos do Terreiro do Paço que sirva como pólo qualificador da oferta cultural e como local de atracção de públicos. Tal poderia ser conseguido com a instalação do Museu da Cidade na Baixa Pombalina (ou Museu das Descobertas em alternativa?)</li> <li>+ Propomo-nos proceder à <b>recuperação dos equipamentos</b> inseridos nesta</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>+ A autarquia deverá assumir um programa contínuo de <b>animação de rua</b> e a organização de mercados de levante aos fins-de-semana. Propomos ainda a criação de programas específicos de incentivo ao comércio tradicional e de ocupação residencial do seu edificado</li> <li>+ <b>[Terreiro do Paço]</b> lançar concurso de ideias que dará origem a um amplo debate público, vedando o trânsito, logo</li> </ul>





				
	Baixa-Chiado e no Bairro Alto	<p>área, bem como de todo o património histórico nele sediado</p> <p>+ Deverá ser objecto de uma acção prioritária, reatando-se, em simultâneo, as acções conducentes à Classificação daquele conjunto monumental como <b>Património Mundial</b></p> <p>+ Identificar possíveis locais para construção de <b>estacionamento</b> automóvel em altura onde tal se mostre viável, a exemplo do que se vai fazer no Mercado do Chão do Loureiro</p>		que estejam asseguradas as alternativas adequadas à circulação do tráfego (o que implica a prévia conclusão da CRIL, bem como o estudo do aproveitamento do Campo das Cebolas e do Ministério da Marinha para alternativas de circulação que permitam a circunvalação do Terreiro do Paço)
Parque Mayer	+ Implementar o <b>projecto urbanístico aprovado</b> durante este mandato após processo de discussão pública	+ Levar definitivamente a cabo a recuperação do Parque Mayer, enquanto espaço maior da <b>cultura popular e do Teatro de Revista</b> , [...], introduzindo espaços próprios para a formação de novos valores que contribuam para a integração do Parque Mayer nas novas correntes artísticas aliando a sua tradição própria à busca da sua modernidade. Por exemplo, a Escola de Performing Arts		+ A Câmara deverá proceder à reabilitação e <b>revitalização dos teatros lá existentes</b>
Património Municipal	+ Definição da <b>estratégia de venda</b> ou aquisição de solos e edifícios municipais em função do papel regulador do município no mercado e não apenas como recurso de emergência orçamental	+ A CML deve estabelecer como prioridade primeira, a <b>alienação dos fogos</b> de que é detentora	<p>+ Preservar o património imobiliário Municipal, <b>recusando a sua venda</b>, sem que, previamente, se torne possível a reposição das reservas</p> <p>+ Concluir urgentemente a <b>inventariação</b> do património municipal</p>	+ Que se pare com a venda do <b>parque habitacional</b> de arrendamento público

## B - Mobilidade





				
<p>Mobilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Política de limitação de <b>velocidade</b> dentro da cidade, de protecção dos peões no atravessamento das vias e de intervenção nos seus “pontos negros”</li> <li>+ Instalação de equipamentos de <b>limitação e controle de velocidade</b> nas artérias que mais convidam à circulação em excesso de velocidade</li> <li>+ Desenvolvimento do Programa “<b>ZONAS 30</b>”, com a criação, nos bairros residenciais, de zonas de circulação local à velocidade máxima de 30 km/h, articuladas com medidas de recuperação do espaço público, como o alargamento de passeios, passadeiras sobrelevadas, medidas de acalmia de tráfego, e estacionamento para residentes</li> <li>+ Elaborar a carta de georeferenciação da sinistralidade rodoviária, monitorizando os “<b>pontos negros</b>” da cidade e pondo em prática medidas extraordinárias para a sua resolução</li> <li>+ Transferência das competências, em matéria de regulação e fiscalização do trânsito na cidade de Lisboa, da <b>Divisão de Trânsito da PSP</b> para a Polícia Municipal</li> <li>+ Prioridade aos planos de mobilidade segura, à escala local, para as pessoas com limitações visuais ou de locomoção, com a remoção de obstáculos dos passeios e <b>barreiras arquitectónicas</b> nos edifícios</li> <li>+ <b>Sinalização sonora de passadeiras e sobre-elevamento</b> de passadeiras em bairros residenciais</li> <li>+ Instalação de novos <b>meios mecânicos no espaço público</b> / Recuperação dos elevadores e funiculares de Lisboa no desenvolvimento de percursos pedonais assistidos de acesso às colinas, em particular na Colina do Castelo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Construção de um <b>túnel</b> (com dois sentidos de tráfego separados) ao longo da Av. da República e da Av. Fontes Pereira de Melo, que, associado aos túneis (já existentes) do Jardim do Campo Grande, Entrecampos e Campo Pequeno, e ao prolongamento (proposto) do Túnel do Marquês, permitirá o desnivelamento completo do eixo Campo Grande - Av. Republica - Saldanha - Av. Fontes Pereira de Melo - Marquês de Pombal - Rua Joaquim António de Aguiar – Amoreiras</li> <li>+ Geo-referenciar os locais onde ocorrem <b>acidentes</b>, designadamente, atropelamentos para, em conjunto com outros serviços (LNEC) estabelecer as medidas necessárias para eliminar a fonte do perigo.</li> <li>+ Aumento de <b>placas centrais</b> (refúgios) nos eixos das faixas de rodagem, instalação de gradeamentos, (desfasamento de percursos)</li> <li>+ Deve alargar-se o sistema do Bairro Alto até à rua do Século e criar uma nova zona de <b>acesso condicionado</b> na Mouraria</li> <li>+ Melhorar a segurança nas zonas envolventes às escolas, promovendo o <b>reforço da sinalização</b> existente e de medidas de acalmia de trânsito</li> <li>+ Plano de ordenamento e implantação de elementos e <b>mobiliário urbano</b></li> <li>+ Colocar <b>identificadores de tempo de atravessamento</b> em verde para peões (cronómetro visível no semáforo de vermelho para peões quando o verde está aceso)</li> <li>+ <b>[Estacionamento em 2ª fila]</b> Com base na identificação dos eixos da cidade onde se regista maior fluxo de trânsito, criar-se-á uma brigada especial de trânsito, composta por 10 veículos de duas rodas, que em permanência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Dar <b>primazia ao peão</b>, ordenando o trânsito e o estacionamento</li> <li>+ Incrementar a criação de <b>zonas pedonais</b></li> <li>+ Alterar das regras de circulação de <b>veículos pesados</b> na cidade</li> <li>+ Implementar um regulamento de <b>cargas e descargas</b></li> <li>+ Eliminação das <b>barreiras arquitectónicas</b> e urbanísticas na via pública e nos edifícios com vista a facilitar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida</li> <li>+ Generalizar a utilização de <b>sinalização sonora</b> nos semáforos</li> <li>+ Construir passagens desniveladas e colocar sinalização adequada ao atravessamento de peões, assim como utilizar <b>passadeiras sobre-elevadas</b></li> <li>+ Disciplinar o espaço urbano no que se refere ao estacionamento de <b>viaturas nos passeios</b>, bem como de outros elementos perigosos para os portadores de deficiência</li> <li>+ Elaborar um plano de <b>reconstrução de pavimentos</b> [...] manutenção da rede viária e do espaço público [...] construção e repavimentação das vias degradadas e eliminação dos “buracos”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ <b>[taxas à entrada de automóveis na cidade]</b> Será necessário caminhar no sentido de vir a introduzir em Lisboa a experiência positiva de algumas cidades europeias</li> <li>+ Criação em todos os bairros e zonas habitacionais do conceito de “<b>Rua Residencial</b>”, ou seja, rua onde a prioridade de circulação é dada totalmente ao peão, em toda a sua extensão, e onde a velocidade máxima de circulação é de 30 km/h para todos os veículos</li> <li>+ A <b>pedonalização</b> de várias artérias viárias e de zonas históricas [...] mas reflectindo sobre as experiências já iniciadas com o encerramento ao tráfego nalguns bairros históricos da cidade (Bairro Alto, Alfama) e procurando resolver os problemas causados por uma aplicação errada e incompetente desse programa, nomeadamente ausência de estacionamento para os residentes, deficiente funcionamento (ou mesmo a inexistência) de sistemas de transportes públicos colectivos internos</li> <li>+ Aumento dos <b>passeios</b> para os peões, pela eliminação das <b>barreiras arquitectónicas</b></li> <li>+ A <b>sobre-elevação do espaço pedonal</b> em atravessamentos, especialmente nas zonas residenciais</li> <li>+ Aumentar os <b>tempos de verde para os peões</b> nos cruzamentos centrais e de introduzir, junto dos semáforos e em locais visíveis, contadores de segundos para aumentar a segurança do atravessamento pedonal dos espaços viários mais concorridos.</li> </ul>





				
	<p>+ Revitalização do programa «<b>Lisboa Porta a Porta</b>», como um serviço polivalente de apoio aos mais idosos ou aqueles com dificuldades de mobilidade</p> <p>+ Prossecução do projecto de <b>transportes escolares</b> “Alfacinhas”, com uma rede integrada de transportes escolares que possibilitem a deslocação dos alunos que necessitem de apoio no seu trajecto “casa-escola-casa”</p>	<p>circularão nessas artérias, no período da manhã e até ao final do dia.</p>		
<p>Transportes Públicos</p>	<p>+ O Município deverá ser protagonista no planeamento das redes e sistemas de transportes estruturantes da cidade, no quadro da <b>Autoridade Metropolitana de Transportes</b>, onde deve ter uma posição cimeira na determinação das opções estratégicas para o sistema de transportes da AML, em articulação com as empresas públicas de transportes. A intervenção activa do Município no planeamento da rede de expansão do Metro e nas prioridades da sua realização é decisiva para a correcta organização da cidade, a sobreposição de redes de transportes públicos e a diminuição da carga de transporte individual</p> <p>+ Definição de corredores de circulação prioritária, de interconexão das várias zonas da cidade, com uma atenção particular ao controle do <b>estacionamento irregular</b> para garantir a máxima fluidez do tráfego</p> <p>+ Aposta na criação de uma rede de <b>eléctricos rápidos</b>, que se articule com as linhas de metro, oferecendo uma alternativa de proximidade e qualidade a baixo custo</p> <p>+ Incentivaremos a recuperação progressiva das linhas de <b>eléctrico</b> históricas</p>	<p>+ Efectiva criação da <b>Autoridade Metropolitana de Transportes</b>, para que, em concertação com os concelhos limítrofes</p> <p>+ Promover a efectiva articulação dos horários, de percursos e tarifários, entre os diferentes operadores, promovendo a <b>inter-modalidade</b></p> <p>+ Criação de <b>faixas bus</b> reversíveis e intermitentes nos principais eixos de penetração na cidade de Lisboa. Deverá também desenvolver-se a protecção efectiva dos corredores existentes, com a sua separação, recorrendo a meios ligeiros</p>	<p>+ Actuar no âmbito da <b>Autoridade Metropolitana de Transportes</b> para alterar os seus estatutos, de modo a que seja uma estrutura onde as autarquias tenham uma intervenção determinante, na coordenação dos diversos operadores, no planeamento e no financiamento de um verdadeiro sistema de transportes que assente no serviço público</p> <p>+ Incrementar a importância das empresas públicas de transportes, <b>impedindo o seu desmembramento, privatização ou municipalização</b></p> <p>+ Criar <b>bilhetes multimodais</b>, válidos por um determinado período de tempo em todos os operadores</p> <p>+ Criar <b>gabinetes de informação</b> de transportes, que prestem informações de todos os operadores de um modo articulado</p> <p>+ Aumentar as <b>faixas BUS</b></p> <p>+ Melhorar substancialmente as <b>carreiras entre freguesias</b>, no interior destas e dos bairros</p> <p>+ Rede de <b>eléctricos rápidos</b> em caminho reservado e a sua articulação com a recuperação dos eléctricos de colina</p> <p>+ Acelerar a expansão da rede do <b>metropolitano</b>, com a conclusão dos troços que estão em construção</p> <p>+ Aumentar a intervenção do <b>caminho-de-ferro</b> ao nível da malha urbana</p>	<p>+ Pôr a funcionar de facto uma <b>Autoridade Metropolitana de Transportes</b> para agarrar de vez o planeamento integrado dos sistemas de transportes e de mobilidade da região</p> <p>+ Criação de uma <b>empresa pública única</b> entre a Carris e o Metro, com participação do município</p> <p>+ A adopção duma política tarifária <b>multi-modal</b> para o sistema de transportes na cidade de Lisboa</p> <p>+ Criação de um <b>passe inter-modal tendencialmente gratuito</b>, válido para todas as redes, incluindo o direito ao estacionamento em parques escolhidos para o efeito</p> <p>+ Todos os corredores rodoviários de penetração na cidade sejam dotados de <b>corredores BUS</b> até às interfaces existentes na cidade</p> <p>+ Desenvolver, nos próximos anos, uma verdadeira rede de <b>eléctricos rápidos</b> de superfície, em sítio próprio, e também completar a rede de metro, tendo em vista o fechamento da malha da rede em interfaces já existentes ou a construir ou a prestação dum serviço de transporte de qualidade em zonas da cidade ainda não servidas por este modo de transporte</p>

				
			<p>+ Garantir que a <b>estação do Oriente</b> será modificada para acolher a alta velocidade</p>	
<p><b>Estacionamento</b></p>	<p>+ Delimitação física de <b>zonas protegidas</b> onde serão introduzidas correcções ao traçado da rede viária com alargamento dos passeios, redução do perfil das faixas de rodagem e, sempre que possível, aumento de oferta de lugares de estacionamento</p> <p>+ <b>Restrição à oferta de estacionamento</b> em novos edifícios destinados a comércio, serviços e equipamentos, junto dos nós de transportes públicos pesados, como medida dissuasora da utilização do transporte individual</p> <p>+ Desenvolvimento e concretização de um plano de cobertura de <b>estacionamento em zonas residenciais</b></p> <p>+ <b>Disciplina do estacionamento</b>, para facilitar a circulação do peão e libertar e requalificar o espaço público</p> <p>+ Preparação da cidade para o uso de <b>automóveis eléctricos</b>, através de redes de abastecimento destes veículos, a utilizar também por bicicletas eléctricas</p>	<p>+ <b>Libertar os passeios</b> e as zonas de passagens de peões, do estacionamento ilegal, através de uma acção mais persistente da Polícia Municipal e da EMEL</p> <p>+ Deve-se colmatar a escassez de estacionamento principalmente nos bairros históricos, dando continuidade à construção de <b>estacionamento em altura</b></p> <p>+ Criação de parques de <b>estacionamento na origem</b>, junto dos interfaces de transportes públicos, nos municípios vizinhos</p> <p>+ Na Alameda da Cidade Universitária em óbvia concertação com a Universidade, deverá ser equacionada a <b>construção</b> de um Parque de Estacionamento. A zona do Príncipe Real ávida de estacionamento necessita de resolução urgente</p> <p>+ Criação de espaços livres de estacionamento em frente a cada <b>escola</b>, para serem utilizados na tomada e largada de crianças e jovens de manhã e de tarde</p> <p>+ <b>[Chiado]</b> Identificar possíveis locais para construção de estacionamento automóvel em altura onde tal se mostre viável, a exemplo do que se vai fazer no Mercado do Chão do Loureiro</p>	<p>+ Retomar a <b>construção de silos de estacionamento</b>, destinados a residentes [nos bairros históricos]</p> <p>+ <b>Construir parques</b> de estacionamento públicos para residentes, quer subterrâneos, quer em superfície, quer em altura</p> <p>+ Tornar obrigatória a existência de áreas de estacionamento de <b>veículos de duas rodas</b> em todos os parques de estacionamento e junto aos 'interfaces' modais de transportes, jardins e parques, equipamentos colectivos e principais pólos comerciais</p> <p>+ Disciplinar o espaço urbano no que se refere ao estacionamento de <b>viaturas nos passeios</b>, bem como de outros elementos perigosos para os portadores de deficiência</p> <p>+ Transformar a <b>EMEL</b> num verdadeiro instrumento ao serviço da mobilidade na cidade, nomeadamente através da aplicação dos seus lucros em investimentos que visem aquele objectivo</p> <p>+ Fiscalizar rigorosamente o <b>estacionamento irregular</b>, a ocupação dos passeios e a colocação de obstáculos nestes</p> <p>+ Construir <b>parques de estacionamento dissuasores</b> na periferia e nas entradas de Lisboa, gratuitos para os utentes dos transportes públicos</p> <p>+ Remover os <b>carros abandonados</b> nas ruas</p>	<p>+ O <b>estacionamento para residentes</b> é uma responsabilidade que a Câmara deve resolver, criando os lugares de estacionamento correspondentes, em linha com o que está inscrito no PDM em vigor</p> <p>+ Uma <b>moratória sobre a construção de novos parques</b> de estacionamento em Lisboa: não haverá mais construção de parques de estacionamento para exploração comercial nos próximos 10 anos - vigência máxima do próximo PDM</p> <p>+ Apenas será admissível a construção ou a implantação de novos parques de estacionamento se forem para <b>residentes</b> ou para apoio às actividades de comércio ou serviços, em zonas concretas da cidade</p> <p>+ O estacionamento de longa duração na cidade deve ser sobretudo admissível para os residentes, aos quais a autarquia deve garantir o direito ao número de lugares de estacionamento que o <b>PDM</b> de Lisboa estabelece, com base na atribuição de selos para residentes para estacionamento na via pública e, em caso de necessidade, na requisição de lugares reservados nos parques de estacionamento existentes na zona. Por isso, e, preferencialmente nas zonas históricas, privilegiaremos a resolução das situações de carência para os residentes através da reutilização de espaços do Estado ou de edifícios camarários a recuperar para o efeito</p> <p>+ Selo anual para residentes, a afixar no veículo, que permitirá aos residentes no concelho estacionarem <b>gratuitamente</b> na cidade (O selo para o primeiro e o segundo veículo de um agregado familiar custará 25 Euros/ano. O terceiro dobrará esse valor e o quarto não terá</p>





				
				<p>direito a selo)</p> <p>+ Extinção da <b>EMEL</b></p> <p>+ Serão construídos, ou alargados, parques de <b>estacionamento na periferia</b> do concelho de Lisboa, em Algés, Colégio Militar, Pontinha, Odivelas e Gare do Oriente, junto de interfaces de transportes colectivos com transportes individuais</p>
<p>Bicicletas e Rede Ciclável</p>	<p>+ Aposta nos modos suaves de locomoção, com destaque para o reforço de investimento <b>na melhoria das condições cicláveis</b>; a promoção de percursos urbanos pedonais; uma atenção especial aos peões na elaboração dos Planos de Transportes e de Mobilidade</p> <p>+ Implementar o programa de <b>bicicletas partilhadas</b>, actualmente em concurso, e promover um programa de bicicletas eléctricas, que são particularmente adequadas às características topográficas da cidade</p> <p>+Promoção de uma <b>campanha de sensibilização</b> para a utilização de bicicleta, fazendo uso da Rede de “Percursos Cicláveis” e instalação de estacionamentos para bicicletas nas escolas da cidade</p>	<p>+ A <b>rede de ciclovias</b> deverá alargar-se e expandir-se nos grandes bairros residenciais, devendo ser estruturada de modo racional sem atropelar outros direitos dos cidadãos</p>	<p>+ Tomar medidas para incrementar o uso da bicicleta, desde a sensibilização para a sua segurança, importância ao nível do sistema de transportes, até às campanhas para a sua utilização, a <b>construção de ciclovias</b> e espaços pedonais</p> <p>+ Instalar, nos contínuos verdes, <b>percursos pedonais e vias cicláveis</b></p> <p>+ Tornar obrigatória a existência de áreas de <b>estacionamento de veículos de duas rodas</b> em todos os parques de estacionamento e junto aos ‘interfaces’ modais de transportes, jardins e parques, equipamentos colectivos e principais pólos comerciais</p>	<p>+ Criação de uma <b>Rede Ciclável</b>, constituída por corredores cicláveis que atravessem a cidade e assegurem ligações casa-trabalho, casa–escola ou casa-interface de transportes públicos, numa perspectiva multifuncional do sistema de transportes, em articulação com o Plano Verde de Lisboa e associado a políticas integradas de gestão de tráfego, de estacionamento e de requalificação do espaço público</p> <p>+ O executivo camarário deve promover um sistema de <b>uso partilhado de bicicletas</b> na cidade</p>
<p>Terceira Travessia sobre o Tejo</p>		<p>+ A terceira travessia, a nascente, deve ter a <b>componente ferroviária</b> convencional e a de alta velocidade</p> <p>+ A rodoviária, a existir, é preferível no <b>eixo Algés - Trafaria</b></p>		<p>+ Prioridades na Alta Velocidade para Lisboa e na travessia ferroviária entre Chelas e Barreiro com <b>desfasamento temporal</b> na entrada em funcionamento do tabuleiro rodoviário</p>

## C – Cultura





				
<p>Cultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criação de uma <b>rede de centros culturais de base local</b>, espaços para experimentação e manifestações culturais descentralizadas de qualidade, assim como para o desenvolvimento de projectos de intervenção e animação urbana</li> <li>+ Definir e promover o desenvolvimento de <b>eixos/pólos territoriais</b> onde existe já uma concentração de equipamentos e actividades culturais e artísticas (como a Av. Liberdade, Bairro Alto-Chiado, Parque Nações, Santos-Belém-Ajuda)</li> <li>+ Disponibilização de espaços devolutos para a instalação de <b>indústrias criativas</b> e para a actividade cultural de espontânea iniciativa juvenil, designadamente a prática musical</li> <li>+ Incentivo à <b>Arte Pública</b>, através da realização de uma programação de artes visuais, performativas, cinematográficas, de natureza efémera ou permanente, nos espaços públicos da cidade</li> <li>+ Reestruturar e requalificar a rede de <b>bibliotecas municipais</b>, prosseguindo com os projectos em curso de reabilitação das bibliotecas de Alvalade, Belém, Benfica, Galveias, Marvila e reforçando as bibliotecas itinerantes</li> <li>+ Consolidar a missão e o funcionamento dos <b>teatros municipais</b> e das galerias municipais</li> <li>+ Prosseguir com os projectos dos <b>Museus da Comunidade Judaica, da Cidade Islâmica e do Africa.Cont</b></li> <li>+ Consolidar as <b>Festas de Lisboa</b> no sentido de as tornar cada vez mais um evento que reflecta a multiplicidade e diversidade das actuais dinâmicas culturais da cidade, nomeadamente as manifestações da cultura erudita e da cultura popular, as manifestações culturais das várias comunidades étnicas que nela residem, a arte efémera, a arte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criação de <b>novos equipamentos</b> e espaços de lazer que contribuam para fortalecer a memória e a identidade da população nos bairros mais recentes da cidade</li> <li>+ Criação de novos espaços culturais, com particular destaque para a área das <b>Bibliotecas e Arquivos</b>, onde nos propomos lançar as obras da Biblioteca Municipal de Alvalade e do Arquivo Central</li> <li>+ Construção da <b>Biblioteca e Arquivo central</b></li> <li>+ Continuar o trabalho que vem sendo feito no Teatro São Luís e no Teatro Maria Matos bem como noutros espaços e <b>equipamentos municipais</b></li> <li>+ Levar definitivamente a cabo a recuperação do <b>Parque Mayer</b>, enquanto espaço maior da cultura popular e do Teatro de Revista, [...] introduzindo espaços próprios para a formação de novos valores que contribuam para a integração do Parque Mayer nas novas correntes artísticas aliando a sua tradição própria à busca da sua modernidade. Por exemplo, a Escola de Performing Arts</li> <li>+ Apoiar outras iniciativas com tradição e prestígio como a <b>Experimenta Design, o Lisbon Photo, o Festival Indie</b> e outras que contribuem para a identidade da cidade</li> <li>+ Promoção dos agentes e manifestações culturais existentes em Lisboa, a partir da informação recolhida junto das <b>Juntas de Freguesia</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ <b>Reforçar a dotação orçamental</b> da Cultura com vista a maior intervenção municipal</li> <li>+ Promover a criatividade, a participação e a cidadania na concepção e realização das actividades em toda a cidade, fomentando <b>novas centralidades culturais</b></li> <li>+ <b>Projectar</b> uma dimensão moderna e internacional de Lisboa como centro de criação e de difusão de conhecimentos, ideias, culturas e comunicação</li> <li>+ Reinstalar os <b>Arquivos Municipais e a Biblioteca Central</b></li> <li>+ Programar a recuperação e musealização do <b>Teatro Romano</b> e o espólio arqueológico associado</li> <li>+ Valorizar a <b>memória e a tradição operária e industrial</b> da cidade e criar, pelo menos, um núcleo museográfico em zona urbana identificada com esta área da história de Lisboa</li> <li>+ Criar o <b>Conselho Municipal de Cultura</b></li> <li>+ Retomar a <b>Semana da Juventude e a Semana da Liberdade</b></li> <li>+ Dinamizar uma <b>página na Internet</b> que inclua informação actual sobre as iniciativas do Pelouro [da Juventude] e sobre as associações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Garantir a <b>gestão eficiente dos equipamentos</b> através (1) da regularização das transferências financeiras da CML para as instâncias administradoras, (2) da implementação de regras de transparência no que concerne aos critério de atribuição de apoio às companhias e (3) da celebração de contratos estáveis com as companhias com sede em espaços municipais, sendo que, às companhias sem residência deve ser proporcionado o usufruto, escalonado, das salas de espectáculo</li> <li>+ <b>Apoiar os agentes culturais e as colectividades</b>, no âmbito da promoção da diversidade estética e cultural, inventariando e disponibilizando os espaços camarários desocupados que possam vir a ser utilizados como infra-estrutura de produção e mostra cultural</li> <li>+ <b>Criar um equipamento de raiz</b>, com uma lotação entre as 1500 e as 3000 pessoas, destinado a facilitar a realização de espectáculos através de uma prática de aluguer de salas aos artistas a preços simbólicos e de uma política de bilheteira também ela de baixo custo para os espectadores</li> <li>+ Extinção da <b>EGEAC</b></li> <li>+ Alterar todos os <b>horários</b> de funcionamento das instituições culturais e artísticas que dependem da Câmara [...] que contemplem horários nocturnos e fins-de-semana</li> <li>+ Apoiar a realização de <b>festivais</b> (Indie Lisboa, Doc Lisboa, Monstra, Fimfa, Alkantra, Festival de Jazz do Estoril, Festival de Teatro de Almada, Festival de Música dos Capuchos)</li> <li>+ Criar um <b>passe cultural</b> que assegure, a preço simbólico fixo, o acesso ilimitado às actividades culturais</li> </ul>

				
	<p>dos amadores</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>+ Integração de ciclos de <b>músicas do mundo</b> no programa das Festas de Lisboa</li> <li>+ Apoiar a realização de eventos ligado à <b>moda</b>, designadamente trazer de volta a Moda Lisboa para a cidade</li> <li>+ Formalizar a candidatura do <b>Fado</b> a património cultural imaterial da Humanidade</li> </ul>			





## D - Educação





				
<p>Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criação, em parceria com as IPSS, de 76 novas <b>creches</b> com capacidade para 2717 crianças</li> <li>+ Reforço da rede de equipamentos do Ensino Pré-Escolar com 36 novas salas em <b>jardins-de-infância</b></li> <li>+ Apoiar a renovação dos campus universitários [...] e a construção e instalação de <b>residências universitárias</b></li> <li>+ Rede integrada <b>de transportes escolares</b> que possibilitem a deslocação dos alunos que necessitem de apoio no seu trajecto “casa-escola-casa”</li> <li>+ Reforço do “Programa de Expansão da Rede de <b>Bibliotecas Escolares</b>”, tendo como meta englobar a totalidade das escolas da cidade</li> <li>+ Apoiar as escolas na criação e manutenção das condições necessárias para o ensino da Educação Física e do <b>Desporto Escolar</b>, principalmente no 1º Ciclo</li> <li>+ Alargar o Programa de <b>Natação</b> para o 1º Ciclo, incluindo algumas piscinas não municipais</li> <li>+ Fazer de Lisboa uma <b>cidade Erasmus</b>, que atrai estudantes universitários de vários locais do mundo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Reforçar, em parceria com as IPSS, a rede de <b>Creches e Jardins-de-infância</b>, através da criação de mais espaços municipais e da celebração de contratos programa com IPSS, bem como a criação de Creches que permitam uma flexibilidade de horários dos progenitores que trabalham em tarefas com horários incompatíveis com o seu funcionamento normal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ <b>Alargamento</b> da oferta da rede pública do pré-escolar e 1º ciclo</li> <li>+ Rever a actual <b>Carta Educativa</b>, adequando a rede escolar às necessidades populacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criação de uma <b>rede pré-escolar</b>, por parte da Câmara Municipal, de modo a garantir a cobertura de toda a população e a promover a vinda de jovens com filhos para a cidade</li> <li>+ Dentro de quatro anos, não pode existir em Lisboa uma única escola do ensino pré-escolar ou do primeiro ciclo do ensino básico sem um <b>recreio</b> condigno</li> <li>+ Fixar o preço das <b>refeições</b> em valores simbólicos e assegurar a distribuição gratuita de uma <i>merenda por dia a cada criança</i> no que concerne às unidades do pré-escolar e do 1º ciclo</li> <li>+ Regulamentar o funcionamento dos <b>ATL's</b> procurando (1) a uniformização de preços de frequência económicos, (2) o alargamento do horário no referente aos períodos pré-escolar e pós-escolar e (3) o fomento de parcerias entre os ATL's e a CML</li> <li>+ [Escolas] Município, equipas escolares, associações de pais, grupos culturais e comunitários deverão pensá-las como espaços de valências múltiplas para adultos e crianças, aproveitando os seus tempos mortos e os <b>fins-de-semana</b></li> <li>+ Aumentar o número de <b>alojamentos estudantis</b>, construindo residências universitárias na cidade, através de parcerias com as instituições universitárias em Lisboa, aproveitando para o efeito o seu património e outros equipamentos públicos não utilizados</li> <li>+ Criar uma <b>Universidade Popular</b> da cidade de Lisboa, em regime pós-laboral e de acesso gratuito, aberta a todos os públicos e assente na difusão ecuménica e alter-académica do saber e do conhecimento</li> </ul>

## E – Desporto





				
Desporto	<p>+ Requalificação dos Complexos Desportivos Municipais do <b>Areiro, Olivais, Campo Grande e S. João de Brito</b></p> <p>+ Apoio à <b>requalificação das instalações desportivas de clubes relevantes</b> para a cidade: Oriental, Futebol Benfica, Atlético, Palmense, SL Olivais, Desportivo Alta, Olivais e Moscovide, entre outros</p> <p>+ Cedência de espaço para a construção do Complexo Desportivo de <b>Rugby do Alto do Lumiar</b></p> <p>+ Concretização do <b>Centro Náutico de Lisboa</b> junto à Zona Ribeirinha</p> <p>+ Abrir às <b>escolas</b> as instalações da cidade para desenvolver a prática desportiva em condições adequadas</p> <p>+ Iniciar o Programa “<b>Lisboa Sabe Nadar</b>” para garantir a aprendizagem gratuita a quem não sabe nadar</p> <p>+ Estabelecer um regime de <b>tarifas</b> de utilização das instalações desportivas municipais diferenciadas em função da natureza dos utilizadores e do tipo de prática, com acesso facilitado aos clubes e às escolas</p>	<p>+ Construção em <b>Chelas</b> de um Pavilhão polidesportivo e piscina integrada</p> <p>+ Criação de um <b>Centro Náutico municipal</b> no Cais do Sodré. O Centro Náutico Municipal poderá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma escola de desportos náuticos;</li> <li>• Um cais de recreio;</li> <li>• Uma oficina destinada ao ensino da construção e reparação de embarcações;</li> <li>• Uma área de aluguer de embarcações e formação básica para a navegação fluvial;</li> <li>• Espaços de estacionamento de embarcações de pequeno porte.</li> </ul> <p>+ Os <b>desportos radicais</b> serão localizados em espaços de parques ou matas, preferencialmente em Monsanto e Belavista</p>	<p>+ <b>Incentivar</b> crianças e jovens à prática desportiva, com vista à obtenção de uma vida saudável</p> <p>+ Recuperar o <b>Pavilhão Carlos Lopes</b></p> <p>+ Actualizar a <b>Carta Municipal de Equipamentos Desportivos</b></p> <p>+ Criar um <b>fórum de Desporto</b>, no qual os dirigentes desportivos passam a ter uma palavra a dizer sobre a política desportiva a seguir pela CML, numa perspectiva de gestão participada</p> <p>+ Criar um <b>subsídio</b> de (valor a definir) às direcções das colectividades desportivas que não cobrem qualquer valor aos seus atletas</p> <p>+ Retomar os <b>Jogos de Lisboa</b></p>	<p>+ A <b>educação física e o desporto escolar</b> devem assegurados a todas as crianças. Isto implica realizar obras em todos os edifícios que delas careçam, ou fazer a substituição dos edifícios que não possam, mesmo com intervenção, comportar a criação de espaços próprios para estas actividades</p>





## F – Economia





				
Aeroporto		<p>+ <b>Manutenção</b> de uma infra-estrutura aeroportuária nos seus limites territoriais</p>	<p>+ <b>Aumentar a capacidade</b> do Aeroporto de Lisboa, de modo a assegurar um funcionamento eficaz e de qualidade no período até à construção do novo aeroporto internacional de Lisboa</p> <p>+ A <b>futura utilização dos terrenos</b> a libertar pelo Aeroporto de Lisboa deverá ser assegurada para fins de utilidade pública: zonas ambientalmente sustentáveis e locais para instalação de empresas de tecnologias de ponta</p>	<p>+ Um <b>Aeroporto na Portela</b> complementar do futuro Novo Aeroporto Internacional de Lisboa</p>
Porto de Lisboa / Terminal contentores Alcântara		<p>+ A zona de Alcântara não pode ser um depósito de contentores como a administração da APL tem tentado impor, mas sim um local onde se equilibrem o <b>turismo de cruzeiro, o lazer dos lisboetas e alguma actividade portuária</b></p>	<p>+ <b>Reclamar</b> para o município a gestão do espaço público da zona da Administração do Porto de Lisboa que não tenha fins directamente ligados à actividade portuária e participar com esta entidade na definição do papel do Porto de Lisboa para a economia da cidade</p>	<p>+ A Administração do Porto de Lisboa deve passar a administrar exclusivamente as <b>zonas portuárias</b></p>
Turismo	<p>+ Continuar a apoiar a instalação de unidades hoteleiras e de hostals, mas também de grandes infra-estruturas como um <b>centro de congressos</b> que requalifique a oferta neste segmento e reforce Lisboa numa posição de destaque no ranking dos grandes congressos</p> <p>+ Fazer de Lisboa uma cidade <b>Erasmus</b>, que atraia estudantes universitários de vários locais do mundo</p> <p>+ Deverá ser consolidada a vocação de Lisboa como receptora e produtora de <b>grandes eventos nacionais e internacionais</b> na área da cultura, da ciência e do desporto</p> <p>+ Manter o <b>apoio</b>, em articulação com o Turismo, à realização de grandes manifestações desportivas, como a Volta a Portugal em Bicicleta; Meia Maratona de Lisboa, Maratona de Lisboa, Festival Aéreo de Lisboa, Lisboa DownHill, Lisboa Biketour, Grande Prémio do Natal, Corrida de S. Silvestre, Regata Entre-Pontes, Tall Ships Regata</p>	<p>+ <b>[Monsanto]</b> deverá ser desenvolvida a solução de <i>chalets</i> aproveitando as casas de função disponíveis no parque, adaptando a oferta de actividades de ar livre e integrando a oferta de restauração neste conceito</p>	<p>+ Desenvolver o turismo, através da promoção da imagem de Lisboa e da melhoria da sua atractividade, designadamente através da realização de <b>grandes eventos, de projecção internacional</b> (económicos, culturais e desportivos)</p>	

				
<p>Comércio</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Modernização do comércio de rua, garantindo uma <b>gestão articulada</b> dos horários, cargas e descargas e promovendo a diversidade e qualidade da oferta</li> <li>+ Incentivo e apoio à criação de projectos assentes em “<b>microcrédito</b>”</li> <li>+ Modernização e requalificação das <b>feiras e mercados</b> da cidade</li> <li>+ Requalificação do <b>Mercado da Ribeira</b></li> <li>+ Incentivo à instalação ou recuperação de <b>quiosques, esplanadas e coretos</b>, como factor de vitalidade de actividades comerciais em espaço aberto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Apoiar a criação de mecanismos de <b>entrega personalizada de compras</b> feitas no pequeno comércio em casa dos munícipes, através de parcerias entre a CML, Juntas de Freguesia e associações comerciais</li> <li>+ Não licenciamento de novos centros comerciais (<b>grandes superfícies</b>) na cidade de Lisboa</li> <li>+ [<b>Esplanadas</b>] ordenamento e qualificação destas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Incentivar a modernização do comércio, desenvolvendo o comércio de proximidade e não admitindo novas licenças para <b>grandes superfícies</b></li> <li>+ Modernizar a rede de <b>mercados</b> da Cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Não aumento da área dedicada a <b>grandes superfícies</b> comerciais e criação de um programa municipal de dinamização do comércio tradicional</li> <li>+ Alargamento de funcionamento dos <b>espaços de diversão nocturna</b> às 5<sup>as</sup> feiras, 6<sup>as</sup> feiras, sábados e vésperas de feriado até às 4h</li> </ul>





## G – Ambiente e Espaço Público

				
<p>Ambiente e Espaços Verdes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Concretização do <b>Plano Verde</b> e conclusão da implantação do sistema de corredores verdes da cidade</li> <li>+ Concluir o programa de reabilitação dos <b>jardins e miradouros</b> da cidade</li> <li>+ Concluir a implantação de cinco novos grandes <b>parques urbanos</b>: Matinha-Vale Fundão, entre o Parque das Nações e o Poço do Bispo; Ribeira das Naus; Praça de Espanha; ampliação do Parque Bensaúde, Parque do Rio Seco</li> <li>+ Promover um programa de fomento de <b>agricultura urbana</b> e de instalação de novos mercados na cidade, com parques de hortas urbanos no Vale de Chelas, na Boavista, Ameixoeira e Vale Fundão</li> <li>+ Continuar o programa de arborização da cidade [...] grande parte como <b>árvores de alinhamento</b> em arruamentos</li> <li>+ Aumento de <b>eficiência energética nos edifícios</b>, [...] com investimento prioritário nos edifícios municipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Com a colaboração das Juntas de Freguesia iremos concretizar acções de <b>formação de jardinagem</b> a grupos de “Amigos dos Jardins da Freguesia” que se constituam, com o fim de apoiar a sua Junta na manutenção dos seus espaços verdes</li> <li>+ No âmbito do Licenciamento Urbanístico, particular relevância será dada à <b>Certificação Energética dos Edifícios</b></li> <li>+ Adopção de benefícios fiscais à <b>construção e reabilitação urbana sustentável</b> que, comprovadamente obtenha bom desempenho energético</li> <li>+ Promoção do uso sistemático de transportes públicos, bem como incentivos à utilização de <b>veículos amigos do ambiente</b></li> <li>+ Prosseguir a Renovação da <b>frota automóvel da CML</b> e a substituição progressiva da iluminação pública por soluções mais eficientes e que privilegiem a conservação de energia e a utilização de fontes de energia renováveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Concretizar a implementação de uma rede de “<b>corredores verdes</b>”</li> <li>+ Reabilitar os <b>jardins</b> e espaços verdes abandonados</li> <li>+ Reabrir a <b>Escola de Jardineiros</b> da Câmara Municipal de Lisboa, promovendo a formação de profissionais</li> <li>+ Implementar um <b>Plano Energético Municipal para Lisboa</b></li> <li>+ Implementar uma ampla intervenção da CML no que respeita à <b>certificação energética dos edifícios</b></li> <li>+ Promover a instalação de <b>painéis fotovoltaicos</b> em candeeiros bem expostos, como em parques</li> <li>+ Actualizar e desenvolver o Plano de Ordenamento e Revitalização de <b>Monsanto</b></li> <li>+ Fazer cumprir as deliberações de retirada do <b>Campo de Tiro</b> [de Monsanto], e recusar novas desafectações na periferia do Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Concretização de estrutura ecológica da cidade, o “<b>Plano Verde</b>” de Lisboa, cuja concepção original tanto deve ao Arqt.º Ribeiro Telles</li> <li>+ Apoio à <b>Agricultura Urbana</b></li> <li>+ Os programas de requalificação dos bairros municipais e de bairros degradados passem a contemplar a temática da <b>conservação de energia</b> bem como analisem a possibilidade de instalação de fontes de energia renovável</li> <li>+ A reconversão dos esquemas de iluminação e semaforização públicas, substituindo as luminárias por elementos de baixa intensidade LED ou outras e procurando adoptar fontes de <b>energia renovável</b> solar tanto para candeeiros na via pública como semáforos</li> <li>+ Reconversão da <b>frota automóvel municipal</b>, optando por veículos híbridos, pelo recurso ao biodiesel e/ou outras fontes de energia não poluentes</li> </ul>
<p>Saneamento e Higiene Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Reforço das políticas de investimento na qualidade das águas residuais, na <b>reutilização dos efluentes das ETAR</b> de Lisboa para a lavagem de arruamentos e rega de parques e jardins</li> <li>+ Reforço da política de recolha selectiva de resíduos urbanos, através do aumento dos ecopontos, do desenvolvimento da recolha <b>porta a porta</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ A utilização de água dos lençóis freáticos e águas pluviais e o aproveitamento de <b>águas residuais</b> tratadas para rega e lavagem de ruas</li> <li>+ A limpeza e lavagem das ruas, a remoção de <b>graffiti e cartazes</b> colados nas paredes, serão também prioridade, com descentralização cada vez maior para as Juntas de Freguesia</li> <li>+ Aumento da recolha selectiva em sistema <b>porta-a-porta</b> e na ampliação e reformulação dos sistemas de reciclagem nos ecopontos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Concluir do <b>sistema de saneamento</b> da Cidade</li> <li>+ Retomar a <b>limpeza da Cidade</b> e a lavagem de todas as ruas</li> <li>+ <b>Reutilização das águas</b> tratadas e desinfectadas das ETAR's [...] na rega de jardins e lavagem de ruas</li> <li>+ Manter estas áreas de actuação sob a responsabilidade do Município, contrariando qualquer tentativa de <b>privatização</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Prosseguir os estudos tendentes à <b>reutilização das águas</b> residuais tratadas nas ETAR's do município de Lisboa para usos compatíveis</li> <li>+ Fornecimento de <b>sacos com as cores do próprio ecoponto</b></li> <li>+ Recolha selectiva de <b>óleos alimentares</b> usados em Lisboa e a sua reutilização como biocombustível</li> </ul>
<p>Equipamentos</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Propomo-nos alargar e requalificar a rede de <b>Parques Infantis</b>, em estreita cooperação com as Juntas de Freguesia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Proceder à renovação dos <b>balneários e sanitários públicos</b></li> <li>+ Manter [os <b>cemitérios</b>] integralmente</li> </ul>	

				
			sob gestão do Município, combatendo qualquer tentativa da sua privatização	
Espaço Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Articulação entre cidadãos e empresas que funcionem como actores do desenho do espaço público e na <b>detecção das anomalias</b></li> <li>+ Reforço das políticas de combate ao vandalismo que contribuem para a degradação do espaço público e propiciam o sentimento de insegurança, nomeadamente as campanhas anti-<b>graffiti</b></li> <li>+ Pavimentos em condições, pontos de recolha de lixo limpos, jardins bem mantidos, espaço público cuidado, acessível e seguro, estaleiros de obra que respeitem os direitos dos peões, <b>publicidade</b> exterior disciplinada</li> <li>+ Incentivo à instalação ou recuperação de quiosques, <b>esplanadas</b> e coretos, como factor de vitalidade de actividades comerciais em espaço aberto</li> <li>+ O Município apoiará a instalação da rede de banda larga, e incentivará a criação de zonas <b>Wi-Fi</b> em espaços públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ [Criação do Zelador do Espaço Público] garantindo a comunicação de eventuais <b>problemas</b> aos serviços da câmara municipal em estreita articulação com a junta de freguesia</li> <li>+ <b>[Publicidade]</b> novo regulamento de afixação de publicidade que a restrinja e qualifique os seus suportes</li> <li>+ Punição exemplar de <b>graffiti</b> e outras deteriorações do património imobiliário</li> <li>+ <b>[Esplanadas]</b> ordenamento e qualificação destas</li> <li>+ [Em Monsanto] deverá ser desenvolvida a solução de <i>chalets</i> aproveitando as casas de função disponíveis no parque, adaptando a oferta de actividades de ar livre e integrando a oferta de <b>restauração</b> neste conceito</li> <li>+ Tudo faremos para alargar ao máximo número de zonas da cidade o acesso livre ao sistema <b>Wi-Fi</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criar <b>espaços de convívio</b> intergeracionais</li> <li>+ <b>Reabilitar</b> os espaços públicos degradados, praças e ruas, jardins e parques infantis, pela reparação dos pavimentos e pintura das fachadas degradadas, recuperação ou instalação de equipamento e mobiliário urbano</li> <li>+ Combater o fenómeno do «tagging» / <b>graffiti</b> não artísticos</li> <li>+ Reforçar e manter da <b>iluminação</b> pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ <b>[Publicidade]</b> Fixação de limites à densidade da sua colocação no espaço público</li> <li>+ Nas zonas históricas propomos ainda a limitação de <b>publicidade</b> ostensiva no exterior e nas esplanadas, bem como a normalização da sinalização dos estabelecimentos comerciais</li> <li>+ Selecção de espaços públicos ao ar livre – jardins, praças, espaço de lazer na cidade Lisboa – que sejam entendidos como pontos estratégicos no desenho da cidade, e passíveis de serem utilizados pelos cidadãos como pontos gratuitos de acesso à <b>internet</b></li> </ul>
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ <b>Policimento de proximidade</b> e articulação com redes de voluntariado social para o trabalho de inclusão e animação de espaço público</li> <li>+ Redefinição, em colaboração com a administração central, do dispositivo territorial de segurança da cidade, para criar uma <b>rede de esquadras</b>, adaptadas à malha urbana da cidade e às especificidades dos seus bairros</li> <li>+ Negociação com o Governo para o urgente <b>reforço</b> do efectivo policial da PSP, afecto ao concelho de Lisboa</li> <li>+ Desenvolvimento do Programa «<b>Noite segura</b>», envolvendo a administração central e os empresários de sector de restauração e bebidas e espaços de diversão nocturna, no sentido da cooperação para a garantia das</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ <b>Reforçar</b> os quadros da <b>Policia Municipal</b> de Lisboa</li> <li>+ Intensificar o recurso às instalações de <b>videovigilância</b> nos locais pretendidos pelas forças de segurança</li> <li>+ Criaremos plataformas de apoio logístico a situações de <b>Emergência</b>, localizadas em Monsanto, na Alta de Lisboa e em Chelas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Reclamar que se mantenham as <b>esquadras de proximidade</b> e outras sejam criadas na Cidade</li> <li>+ <b>Iluminar</b> adequadamente os bairros da Cidade, com particular incidência as áreas urbanas de risco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Dar imediata visibilidade e proximidade à <b>Policia Municipal</b>. Ela deve ser reconvertida para uma vasta gama de operações de <b>policimento de proximidade</b> e apoio à comunidade, em vez de se concentrar na multa e na actividade meramente administrativa.</li> <li>+ Há que reconstituir um corpo de <b>guardas-nocturnos</b>, próximos dos cidadãos, deles conhecidos, e que podem desempenhar tarefas tanto no domínio da segurança, como no da prevenção</li> <li>+ Rejeitamos o recurso à lógica autoritária de instalação de câmaras de <b>video-vigilância</b></li> </ul>





				
	<p>condições de segurança a esta actividade, que contribui para a vida da cidade</p> <p>+ Análise das possibilidades de recurso a meios de <b>videovigilância</b> na zona Baixa-Chiado e no Bairro Alto</p> <p>+ Reorganização territorial do dispositivo do Regimento de Sapadores <b>Bombeiros</b> (RSB), com a concentração física da unidade de comando, e melhor distribuição pela cidade das unidades de intervenção, e constituído um centro único de comando e controlo do RSB, <b>Protecção Civil e Polícia Municipal</b></p>			





## H – Acção Social, Saúde

				
<p>Acção Social, Saúde, Toxicodependência, Imigração</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Apoio na implementação de <b>núcleos de informação/aconselhamento</b> de proximidade, para matérias como prestações sociais, questões jurídicas, acesso a serviços, oportunidades de trabalho voluntário</li> <li>+ Promover iniciativas que integrem os <b>mais velhos</b> que queiram colaborar em actividades de utilidade social (como o aconselhamento na governança do bairro, a observação e suporte às actividades em parques infantis e espaços verdes, a segurança dos atravessamentos junto de escolas, a participação em actividades extracurriculares e outras actividades de interesse público municipal)</li> <li>+ Construção de cinco <b>residências assistidas</b>, no Bº Padre Cruz, na Graça, em Campolide e na Baixa de Lisboa</li> <li>+ Revitalização do programa «<b>Lisboa Porta a Porta</b>», como um serviço polivalente de apoio aos mais idosos ou aqueles com dificuldades de mobilidade. Este programa ficará sob gestão das juntas de freguesia associadas, assumindo o Município os encargos financeiros</li> <li>+ Incentivo à instalação de <b>elevadores</b> nos prédios, pelos proprietários ou condóminos, para uma maior mobilidade dos idosos</li> <li>+ Criação do AJUDALISBOA, um serviço de apoio permanente “24 horas/7 dias semana” para a disponibilização de serviços como <b>pequenas reparações domésticas</b>, apoio domiciliário, compra de medicamentos. Este programa ficará sob gestão das juntas de freguesia associadas, assumindo o Município os encargos financeiros</li> <li>+ Construção de dez novos <b>centros de saúde</b>, no âmbito da colaboração com a administração central</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Celebrar protocolos com as organizações da sociedade civil que operam em bairros problemáticos, sobretudo as ligadas às Misericórdias e às IPSS, [...] investindo em programas específicos de ocupação dos <b>tempos livres</b></li> <li>+ Reforço do <b>Lisboa Porta-a-Porta</b> na vertente de apoio ao transporte dos mais idosos</li> <li>+ Programa de apoio à autonomia dos idosos, através da realização de <b>pequenas reparações domésticas</b>, permitindo que sintam a segurança para poderem continuar a viver nas suas casas</li> <li>+ Aumentar os equipamentos de apoio ao idoso, <b>Centros de Dia</b> e residências temporárias, tais como os centros de Campo de Ourique, Campolide e Charneca do Lumiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Promover o aumento da oferta de equipamentos da rede pública de apoio às famílias (creches, infantários, escolas, lares, <b>centros de dia</b>...) com especial atenção às camadas mais desfavorecidas e às famílias monoparentais</li> <li>+ Criar <b>espaços de convívio</b> intergeracionais</li> <li>+ Incentivar a criação de serviços/empresas que constituam resposta às necessidades colocadas pelas <b>tarefas domésticas</b>, a preços sociais</li> <li>+ Criar <b>lavandarias</b> municipais para famílias sem máquinas de lavar roupa</li> <li>+ Dizer NÃO a inaceitáveis propostas de legalização da <b>prostituição</b></li> <li>+ Criar e/ou apoiar centros de acolhimento para <b>toxicodependentes</b> sem apoio familiar</li> <li>+ Reforçar a <b>rede de abrigos</b> [...] e alargar os horários de utilização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Criação de um quadro de <b>apoios sociais</b> às famílias desempregadas e em risco</li> <li>+ No apoio a <b>idosos</b>, a portadores de deficiência e a outros grupos que dele necessitem, propomos a criação de um <b>pequeno serviço de reparações domésticas</b></li> <li>+ Promover a instalação de um centro de atendimento no âmbito da <b>saúde sexual e reprodutiva</b></li> <li>+ Promover parcerias com vista à criação de gabinetes de atendimento a jovens que permitam não só uma acção educativa preventiva, como o encaminhamento para serviços de saúde (<b>toxicodependência, sexualidade, violência em espaço doméstico</b>, etc). Igualmente importantes são as campanhas de informação na noite lisboeta sobre a nova e vasta gama de drogas químicas</li> <li>+ Avançar com a criação de <b>salas de injeção assistida</b>, dotadas de pessoal qualificado</li> <li>+ Criar uma casa abrigo para vítimas de <b>violência doméstica</b></li> <li>+ Ao invés de espaços concentracionários para os <b>sem-abrigo</b>, envolveremos as freguesias e as associações de imigrantes em projectos de equipamentos de pequenas dimensões</li> <li>+ Lançar um programa experimental de legalização de <b>arrumadores de carros</b> na cidade</li> </ul>

				
	<p>+ Incentivar, em articulação com a administração central, a realização do programa “SEF em movimento” em bairros com comunidades imigrantes, para a disponibilização de informação sobre as condições legais de permanência em Portugal e para a organização dos processos de legalização e obtenção de documentos</p>			

# I – Organização Municipal, Participação

				
<p>Estrutura administrativa e competências</p>	<p>+ É prioritária a <b>reforma administrativa da cidade</b>, assente numa dupla descentralização: do Município para as Freguesias e do Estado para o Município</p> <p>+ Desenvolvimento de um processo de <b>descentralização municipal</b> para freguesias ou agrupamentos de freguesias, que voluntariamente se associem, das competências executivas, operacionais e de front-office da Câmara</p> <p>+ Descentralização de novas competências e recursos nas freguesias, associadas, se necessário, numa escala que permita intervenções integradas a nível de bairro e uma adequada <b>contratualização de serviços</b> ou actividades</p> <p>+ Reforço da <b>articulação</b> entre a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, permitindo a conjugação de esforços dos órgãos da cidade em prol dos Lisboetas</p>	<p>+ [descentralização para freguesias] <b>Transferência de competências</b> na higiene urbana e nas pequenas conservações do espaço público, dotando-as nesta matéria de instrumentos que garanta uma intervenção em permanência</p> <p>+ A limpeza e lavagem das ruas, a remoção de graffiti e cartazes colados nas paredes, serão também prioridade, com <b>descentralização</b> cada vez maior para as Juntas de Freguesia</p> <p>+ Reforço de <b>competências</b> das estruturas descentralizadas, isto é, dos Gabinetes da Autarquia sediados nas zonas mais carenciadas de intervenção [no âmbito da reabilitação]</p> <p>+ Atribuição de responsabilidades na gestão dos transportes e deslocações de bairro, como o “<b>Lx Porta-a-Porta</b>”</p>	<p>+ Garantir a modernização da Administração e a <b>descentralização de competências</b> para as Freguesias</p> <p>+ Continuar a estudar a <b>reorganização administrativa</b> da Cidade</p> <p>+ Atribuir ao pelouro da Conservação e Reabilitação de Bairros Históricos <b>competências</b> na elaboração de projectos, na preparação de empreitadas e fiscalização das obras, tanto no edificado como nos espaços públicos, na execução de instrumentos de planeamento urbanístico, e na gestão de fogos municipais</p> <p>+ Dignificar e <b>qualificar</b> a estrutura e recursos técnicos e humanos dos serviços de planeamento municipal com vista a garantir uma eficiente resposta à elaboração, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão municipal necessários à implementação do PDM e às prioridades urbanísticas da política municipal</p>	<p>+ Propomos a criação de <b>distritos urbanos</b>. Os distritos urbanos resultarão do agrupamento voluntário de freguesias. Aquando do agrupamento passará a haver a possibilidade de protocolos de transferência de competências, técnicos e recursos financeiros da Câmara para o Distrito Urbano e a elaboração de contratos-programa para investimentos específicos</p> <p>+ Criação de <b>Gabinetes Locais de Reabilitação Urbana</b>, que integrem os antigos Gabinetes dos Bairros Históricos, assegurando a cobertura de todo o território municipal</p>
<p>Empresas Municipais</p>		<p>+ <b>Extinguir</b> a <b>GEBALIS</b> devendo a Direcção Municipal de Habitação assumir as responsabilidades desta empresa municipal</p>	<p>+ As empresas municipais devem ser reavaliadas, tanto do ponto de vista financeiro e dos objectivos, como do ponto de vista da sua eficácia. Deve ser estudada a sua <b>reformulação e eventual fusão</b></p> <p>+ Gestão do património nos bairros municipais pela <b>GEBALIS</b> e responsabilização dos moradores</p> <p>+ Promover a <b>extinção</b> das <b>SRUs</b> ainda existentes</p> <p>+ Transformar a <b>EMEL</b> num verdadeiro instrumento ao serviço da mobilidade na cidade, nomeadamente através da aplicação dos seus lucros em investimentos que visem aquele objectivo</p>	<p>+ Apenas a <b>EPUL</b> e a <b>GEBALIS</b> justificam a sua <b>manutenção</b>, muito embora fundidas numa única empresa municipal de habitação. As restantes serão <b>extintas</b>, retornando as suas funções à Câmara, garantindo-se os direitos do seu pessoal</p> <p>+ A Câmara tem de intervir no mercado habitacional de forma a fomentar o arrendamento. Propomos que a Câmara venha a disponibilizar o seu vasto património edificado para esse fim e que reoriente a <b>EPUL</b> para este mercado</p>
<p>Transparência e Participação</p>	<p>+ Ampliação do Balcão Único Municipal às Juntas de Freguesia para garantir o <b>atendimento próximo aos cidadãos</b> e</p>		<p>+ Planear a Cidade com um urbanismo democrático, participado e transparente</p>	<p>+ Promoveremos <b>referendos locais</b> na definição de escolhas estratégicas para a cidade. Grandes Investimentos</p>

				
	<p>prestar um melhor serviço em particular à população mais idosa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>+ Reforço de comunicação e interacção com os cidadãos, designadamente através do aprofundamento do processo do <b>orçamento participativo</b> (especialmente aos níveis mais locais) e da promoção de procedimentos de consulta pública para áreas de interesse relevante para aqueles</li> <li>+ Lançamento do portal «Porta Aberta», divulgando e disponibilizando <b>on-line</b> toda a informação sobre os <b>projectos e regulamentos municipais</b>, bem como os indicadores de gestão e estatísticas relacionadas com a actividade autárquica (população, património, mobilidade, qualidade ambiental, utilização de equipamentos e apoios sociais)</li> <li>+ Publicitação <b>on-line</b> do <b>parque habitacional</b> municipal</li> <li>+ Registo integral de todos os solos <b>municipais</b> e disponibilização <b>on-line</b> do cadastro municipal</li> <li>+ Promoção da participação das <b>peçoas idosas</b> nas decisões que lhes dizem respeito</li> <li>+ Dinamização da intervenção dos <b>jovens</b> com o incentivo à realização de trabalhos sobre a melhoria do funcionamento da Cidade e dos bairros onde se inserem, promovendo o debate de propostas que surjam pela Câmara Municipal</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Debater os grandes <b>projectos de índole regional</b> [...] com os cidadãos de Lisboa e da AML, na ausência de um plano estratégico regional</li> <li>+ Gestão participada pelos cidadãos, com total transparência, a <b>simplificação de procedimentos</b> e o respeito pelos compromissos assumidos perante a população de Lisboa</li> <li>+ Adaptar os Serviços a novas tecnologias e a <b>procedimentos electrónicos</b> que facilitem o acesso rápido dos cidadãos à informação que lhes interessa</li> <li>+ Promover iniciativas para a participação dos <b>imigrantes e minorias étnicas</b> nos assuntos das freguesias e da cidade / Criar o Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas [...] valorizando a diversidade cultural e a cooperação entre associações</li> <li>+Relevar o papel importante dos <b>mais velhos</b> na sociedade, na sua participação activa e de tomada de decisões, alterando mentalidades e estratégias</li> </ul>	<p>Públicos de relevante impacto ambiental e geradores de polémica serão objecto de decisão popular</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>+ Lisboa passará a ter um <b>Provedor do Município</b> eleito por maioria qualificada na Assembleia Municipal e com poderes efectivos de actuação. O Provedor terá instalações, serviços de apoio e dedicação exclusiva. E os serviços municipais terão obrigação de responder aos seus quesitos no prazo máximo de 30 dias</li> <li>+ Defendemos a criação de um <b>Fórum Municipal</b>, onde tenham assento os parceiros sociais, sejam eles organizações temáticas (com destaque para as que trabalham na área do património e ambiente), sejam organizações de moradores, IPSS's ou cooperativas</li> <li>+ Consolidaremos a experiência do <b>Orçamento Participativo</b> com carácter deliberativo e vinculativo aperfeiçoando do processo actua</li> </ul>